

CONVITE A LER VIEIRA

Gladstone Chaves de Melo
UFF

Sou um devoto de Vieira. E não só eu, mas numerosíssimos no passado e, infelizmente, raríssimos hoje em dia. Como contribuição modesta e quase imperceptível para melhorar esta triste situação, atrevemo-nos a duas edições críticas e anotadas de textos vieirianos. A primeira foi do célebre *Sermão da Sexagésima*, que abre a riquíssima coleção das peças oratórias do grande pregador e onde, indiscutivelmente, se acham expostas suas idéias sobre a parenética.

O trabalho que então realizamos como “pesquisa”, para atender à obrigação que corre a professores de tempo integral, veio a ser considerado digno de figurar na iniciante coleção de livros e opúsculos lançados pela editora da Universidade Federal Fluminense. Aí, estabelecemos o texto segundo a **editio princeps**, de 1679, e amplamente o anotamos, com vistas a facultar ao leitor-comum clara inteligência do que escreveu o mais perfeito prosador da nossa língua.

Tempos depois fizemos o mesmo com uma das mais fascinantes orações do Crisóstomo Português, o *Sermão do Bom Ladrão*. Esta peça, não há dúvida, desperta e mantém o interesse, do princípio ao fim, sobretudo por sua gritante atualidade. O tema é a dilapidação dos dinheiros públicos por parte de homens públicos, que, em vez de servirem, se servem dos cargos para se enriquecerem à custa do erário, para isto usando todos os meios e praticando todas as artimanhas que a cupidez e o demônio lhes sugerem.

É uma tremenda e esmagadora objurgatória contra os corruptos e corruptores impunes, que violam o sétimo mandamento com muito maior culpa do que a do ladrão vulgar, inimigo e lesador da propriedade privada. Este furta e rouba com risco; os outros, pelo contrário, inteiramente a seu seguro. Uns são infamados, outros ficam celebrados. Uns “furtam e são enforcados, outros furtam e enforcam”, como diz o nosso autor.

O impressionante quadro que aí se nos desvela retrata, ainda que palidamente (se pensarmos no **quantum**), os nossos dias em nossa terra, marcados pela mais ruínosa voragem dos tranqüilos assaltantes da fazenda pública. Daí o gosto com que se lê tal Vieira, implacável vingador da Justiça Distributiva, mais alta e mais exigente que a Justiça Comutativa.

Só não se deleita no *Sermão do Bom Ladrão* quem tem culpa no cartório ou quem nunca leu. Gostaria muito de diminuir o número destes últimos.

*

Uma cabível palavrinha sobre o autor.

Claro que não vamos aqui traçar uma biografia, ainda que sumaríssima, do Padre Antônio Vieira (Lisboa, 1608 - Bahia, 1697). Nada há que acrescentar às obras de João Lúcio de Azevedo ou de Hernâni Cidade. Nem sequer à síntese elaborada para o *Dicionário de Literatura*, coordenado por Jacinto do Prado Coelho, abrangente, como se sabe, das letras portuguesas, brasileiras e galegas.

Apontaremos aqui tão só que, de certo modo, Vieira é mais brasileiro do que português, porque para esta terra veio aos seis anos de idade, na Bahia estudou, na Bahia se formou, aí e noutros lugares adquiriu justa fama de orador insigne, e quando torna a Portugal, em 1641, a levar a obediência da Colônia ao monarca da Restauração, D. João IV, é já homem feito e célebre. Por outro lado, exerceu no Brasil vários cargos e recebeu múltiplos encargos, não lhe faltando este, comovente, de ser chamado a catequizar índios rudíssimos, em remotos climas, de difícil acesso, como a Serra do Ibiapaba, no Ceará, onde teve de aprender, do zero, a língua dos silvícolas. Bateu-se, com indômita bravura e grave risco pessoal, pela liberdade dos índios, denunciou, com palavras candentes, a ignomínia da escravidão negra e empenhou-se a fundo na educação do Brasil nascente, fiel ao programa traçado pelo primeiro superior inaciano aqui aportado ainda nos primórdios, o Padre Manuel da Nóbrega: “esta terra é nossa empresa”.

Não me levem a mal os irmãos portugueses, mas, sem lhes negar a glória de contar, nas suas letras, o maior pregador e, na sua história, o maior lusíada do século XVII, reivindicamos para nós a mesma excelência. Demo-nos, pois, fraternalmente as mãos e façamos dele nosso patrimônio comum, traço-de-união entre as duas pátrias, homem grande bastante para ser cidadão de dois mundos.

Apesar de considerar “cadáveres” os seus sermões, restituídos e escritos a partir dos setenta e um anos, peças frias, “sem a voz que os animava”, Antônio Vieira ainda hoje nos desperta entusiasmo, nos arrepia a pele e freqüentemente nos obriga a degustá-lo ensaiando eloquência, tão difícil nos fica sendo a leitura silenciosa. O ritmo, a cadência, o ajustado da expressão, a propriedade vocabular, a ordenação do pensamento fazem dele mestre incontestável da nobre e mal servida arte da palavra.

Mais: não usou do verbo para brilhar e para nos encantar o senso estético, senão para ensinar as verdades cristãs, combater erros e desatinos, estimular à virtude.

Dirão talvez alguns que exagero, que lhes quero transfundir um entusiasmo pessoal, certamente incomunicável a quem pensa pela própria cabeça. Na realidade se

trataria de um velho retórico, pretendente a inculcar idéias obsoletas, a convocar a um moralismo perempto, a falar de céu e inferno aos emancipados homens deste fim de século, firmemente convencidos de que cada um é o deus de si mesmo, o legislador de si mesmo, o construtor do novo paraíso terrestre, sem frutos proibidos, sem demônios nem querubins, jardim de todas as delícias, deliciosamente permitidas pelos três bilhões de deuses...

Quem ainda não chegou a este estado de degradação, quem ainda crê na transcendência, quem ainda conserva o gosto da boa língua, quem ainda não se embotou no circundante dialeto crioulo que aceleradamente se vai formando, deformando o belo idioma a nós gratuitamente legado, esse lerá Vieira com curiosidade, com interesse, com admiração e pode ser que com devoção. E, ao fim e ao cabo, será grato a quem lho tenha “impingido”.

L'appétit vient en mangeant, com boa razão dizem os franceses. Experimentemos um pedacinho de Vieira, nem que seja o começo do *Sermão do Bom Ladrão*, com sua provocante **captatio benevolentiae**, experimentemo-lo, mastiguemo-lo, e vejamos quão longe nos acharemos já dos meias-línguas glorificados por certa imprensa suspeita. Lembremo-nos da fábula “A raposa e as uvas”, e entenderemos por que se desdenha de um Antônio Vieira.

Se se repuser o grande seiscentista no alto pedestal a que tem direito, que será dos gaguejantes plumitivos que têm de “apelar” para a obscenidade, o desbrío e o rastejante culto às modas para se fazerem ouvidos? E até – quem sabe! – admirados?

Un sot trouve toujours un plus sot qui l'admire. Não sejamos destes parvos maiores!

*

É a clássica estrutura do *Sermão do Bom Ladrão*, estrutura detectável em quase todas as peças oratórias de Vieira: tema, exórdio, narração, confirmação, confutação, peroração. O tema é sempre tirado da Sagrada Escritura.

O desenvolvimento, a argumentação, a resolução das dificuldades e objeções levantadas pelo próprio autor, a peroração – tudo se funda na Bíblia (que Vieira sabe, por assim dizer, de cor), nos Santos Padres, nos teólogos, nos exegetas e nos filósofos mais categorizados, capazes de conduzir o raciocínio com lógica rigorosa. Prova cabal da tese, para convencer as inteligências; variados apelos à consciência, à sensibilidade, às reais e altas vantagens, para mover as vontades.

Não é outro, aliás, o fim da oratória, gênero literário eminentemente **impresivo**, para falar como Charles Bally.

Já que estamos focalizando o *Sermão do Bom Ladrão*, a tese é que, sem restituição do roubado ou furtado, não pode ser absolvido o pecador e que, portanto, quem não restitui, podendo fazê-lo, não se salva, condena-se ao inferno.

Vejamos agora, na mesma pauta e sumariamente, como Vieira aqui tratou sua matéria, cuja explicitação distribuiu por quatorze partes, subdivididas em quarenta e duas alíneas, a que quase sempre corresponde um parágrafo, eventualmente longuíssimo.

Aí vai:

- I O lugar do sermão – Igreja da Misericórdia de Lisboa – não afina com a matéria dele, muito mais adequado à Capela Real: fala-se de Rei, de petição, de despacho imediato. Sim, porque o texto evangélico invocado é a passagem em que, na cruz, o Bom Ladrão pede a Cristo que se lembre dele quando subir ao céu, recebendo como resposta: “Hoje estarás comigo no paraíso” (Luc. 23, 43). O argumento desta primeira parte é que nem os reis podem ir ao paraíso sem os ladrões, nem os ladrões ir para o inferno sem consigo levarem os reis.
- II É um assunto novo, que, em bom direito, deveria ser muito antigo e constante na palavra dos oradores sacros, o que, infelizmente, não acontece.
- III Sem restituição do roubado não pode haver perdão, nem, conseqüentemente, salvação. Comparem-se dois ladrões, Dimas e Zaqueu. O primeiro se salvou sem devolver o que furtou, porque estava impossibilitado, reduzido à extrema pobreza; o segundo só pôde ouvir a promessa de salvação, por parte de Cristo, depois que se propôs devolver em quádruplo o que adquirira ilícitamente.
- IV Não apenas os súditos mas também os reis são obrigados à restituição. É o que ensinam Santo Tomás de Aquino e Santo Agostinho, que, aliás, afirma serem os reinos nada mais que “ladroeiros” grandes. O mesmo diz Sêneca, aproximando reis e piratas.
- V Não se ocupará Vieira dos ladrõezinhos modestos e ocasionais, a quem a penúria tem levado a furtar, mas, sim, dos de “maior calibre”, aos quais os reis confiam a administração das cidades ou o governo dos povos. Diógenes, na Grécia, e Sidônio Apolinário, em Roma, coincidem em observar que os ladrões grandes enforcam os pequenos.
- VI Como e por que levam os reis para o inferno esses ladrões graúdos? Porque daqueles estes recebem cargos e poderes, com que roubam e despojam os governados. Para “escandalizar” o auditório, exemplifica Vieira com Deus, que, tendo escolhido Adão, depois ladrão, pagou Ele o furto, encarnando-se e morrendo crucificado.

- VII Não se podem exculpar os reis com este exemplo de Deus, porque Ele não escolhe os homens para os ofícios pelo que no futuro serão, mas pelo que são agora: é o caso de Judas. A porta por onde legitimamente se entra num cargo público é só o merecimento. Os que entram pela janela já são ladrões, porque furtam o ofício.
- VIII Crítica da “piedade bem intencionada”, que oferece um cargo bom a um fidalgo pobre: ele vai enriquecer-se à custa de empobrecer os subordinados. Em seguida vem a hilariante glosa da conjugação do verbo **rapio**, na Índia, em Portugal e no Brasil.
- IX A obrigação que têm os reis de demitir, sem detença, os que furtam no desempenho do cargo. Lição da parábola evangélica do administrador infiel e esperto: para tentar fugir à demissão, fez dos devedores do senhor outros tantos ladrões, e assim o que de começo era um acaba por serem muitos ladrões.
- X Compara-se aqui, com fina ironia, a sorte dos ladrões de baixa condição com os altamente situados na escala social.
- XI Comentários à parábola evangélica do rei, que, indo à guerra, entregou a administração de sua fazenda a três empregados, dos quais um a decuplicou, outro a quintuplicou e o terceiro devolveu intacta a parte que lhe coube, mas sem nada crescer. Por que não teria Cristo incluído na parábola um empregado de mão leve, que furtasse algo do que lhe fôra confiado? Isaías diz dos príncipes de Jerusalém que são companheiros dos ladrões – **socii furum**. Terrível é a sentença de Deus contra governantes desse tipo: “Dessas mesmas ladroíces que tu vês e consentes hei de fazer um espelho em que te vejas”. “Neste mundo argüirei a tua consciência, como agora a estou argüindo; e no outro mundo condenarei a tua alma ao inferno, como se verá no Dia de Juízo”.
- XII Como poderão os reis, querendo, levar consigo os ladrões ao paraíso. Atendem nas palavras do Mau Ladrão: “Salvai-vos a vós e a nós”. Façam os maus ladrões restituir, o que não será difícil, seguindo a lição e o exemplo de Frei Teodorico, também ele ladrão da coisa pública e pronto restituidor.
- XIII A restituição aos particulares é mais trabalhosa, porque os ladrões furtaram à larga e de muitos: são redes varredoras. Pois que se lhes apliquem, também a eles, redes varredoras. Do Imperador Maximino se dizia que seus governadores eram esponjas, porque, como esponjas, chupavam das províncias quanto podiam. E o Imperador, quando tornavam, espremia as esponjas e tomava para o fisco real o roubado nas províncias. Santo Tomás indaga (e responde à indagação) se basta restituir exatamente o que se furtou, ou mais do que se furtou, como mandava o *Livro do Êxodo*.

XIV A obrigação do pregador é dizer estas coisas, porque “o que não se pode calar, com boa consciência, ainda que seja com repugnância, é força que se diga”. Só há vantagens na restituição: para os reis, para os ladrões, para os roubados. – Peroração: demonstrei o que prometi, e disto não me arrependo. Considerem os ladrões que, “se os esmoleres compram o céu com o próprio, por que se não contentarão os ladrões de o comprar com o alheio?” – Invocação final a Cristo, e fecho coincidente com a abertura, a resposta de Cristo, na Cruz, ao Bom Ladrão.

Para salvar este artigo e – quem sabe! – despertar o apetite, aí vai o fecho, cedendo eu a palavra ao nosso Antônio Vieira:

“Rei dos reis e Senhor dos senhores, que morrestes entre ladrões para pagar o furto do primeiro ladrão - e o primeiro a quem prometestes o paraíso foi outro ladrão, para que os ladrões e os reis se salvem -, ensinaí com vosso exemplo e inspiraí com vossa graça a todos os reis que, não elegendo, nem dissimulando, nem consentindo, nem aumentando ladrões, de tal maneira impidam os furtos futuros e façam restituir os passados, que, em lugar de os ladrões os levarem consigo, como levam, ao inferno, levem eles consigo os ladrões ao paraíso, como vós fizestes hoje: **Hodie mecum eris in paradiso.**”
